

FISCHER, LUÍS AUGUSTO. *DUAS FORMAÇÕES, UMA HISTÓRIA: DAS IDEIAS FORA DO LUGAR AO PERSPECTIVISMO AMERÍNDIO*. PORTO ALEGRE: ARQUIPÉLAGO, 2021.

DISPOSIÇÃO PARA O DEBATE E CAPACIDADE DE EXPOSIÇÃO E SÍNTESE EM LIVRO AMBICIOSO SOBRE LITERATURA BRASILEIRA

AMBITIOUS BOOK ON BRAZILIAN LITERATURE PROMOTES DISCUSSION AND SEARCHS FOR EXPLANATION AND SYNTHESIS

Homero Vizeu Araújo¹

Há um título de Borges que poderia ser a epígrafe do livro de Luís Augusto Fischer: o tamanho de minha esperança. *Duas formações, uma história* consiste em um longo e detalhado ensaio escrito em prosa argumentativa que recusa o jargão e que aposta na densidade e no esclarecimento, sem deixar de afirmar uma esperança inconformista na importância da leitura e da literatura. Resulta um feito intelectual extraordinário ao articular debate teórico, avaliação de conceitos e procedimentos estabelecidos, postulação de novas propostas e, mais surpreendente, autobiografia intelectual repassada por informação

¹ Professor de Literatura Brasileira no Instituto Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): <homervizeu@gmail.com>.

precisa e formulações bem-humoradas. O conjunto não se abstém de provocar e arguir posições estabelecidas e alguns consensos.

Estamos falando de um ensaio empenhado na exposição e articulação abstrata, mas com orientação certa que tenta responder às perguntas de abertura do texto:

Como se pode contar a história da literatura brasileira hoje, neste começo do novo século? Os modelos tradicionais de relato historiográfico que lidam com o objeto literatura têm ainda algum sentido? Têm capacidade para abranger o que se produziu nos tempos mais recentes? Estão eles de algum modo atualizados no forte e pródigo debate atual no campo dos relatos historiográficos?

Aliás, cabe uma pergunta anterior: há algum sentido em pensar numa nova história da literatura no Brasil? Pode-se continuar pensando em uma nação específica, neste tempo de mundialização acelerada dos mercados e da instantaneidade de conversas via internet? Ou só fará sentido pensar a literatura brasileira como parte da literatura da América do Sul, ou nas Américas, ou no Ocidente? (p. 17).

Sendo assim, o esforço dissertativo tem tarefas bem definidas a cumprir, a julgar pelas perguntas citadas. Vem aqui uma disposição francamente democrática que orienta as questões sobre a história da literatura, vale dizer, um compromisso público e político com escrever história a fim de que o objeto literatura seja acessível à maior massa de leitores possível. Dito assim, parece haver algo de ingênuo no conjunto de argumentos do ensaio, o que é um erro de apreensão, penso eu. O compromisso democrático de expandir o público leitor não incorre em facilidade ou imprecisão ao argumentar; o movimento da prosa é intenso e exigente, além de mobilizar uma quantidade de informação extraordinária, que é resultado da já longa carreira do autor. O tamanho da esperança que aqui se afere não deixa por menos. Talvez a boa definição para Luís Augusto Fischer seja mesmo a de professor e escritor, sendo um intelectual que tenta responder às questões que colhe dos alunos, assim como projeta nos alunos sua ambição intelectual, num jogo em que não cabe barateamento de problemas nem rebaixamento de expectativas. Mais do que isso, trata-se aqui nesse livro de atualizar o debate à luz da pesquisa recente, que apresenta novas questões ao estudo da literatura brasileira:

E os debates que balançam a opinião pública no país em tempos recentes, como o feminismo e o direito à diferença, as políticas de ação afirmativa e a emergência de novos parâmetros de validação e circulação de livros, a digitalização da circulação de obras literárias e a leitura escolar na era do Enem, assim como as mais vigorosas mudanças no conhecimento que temos agora sobre o passado

brasileiro – mudanças que envolvem sínteses inéditas, feitas sobre o trabalho empírico de duas gerações de pesquisadores produzidos na universidade, no Brasil e fora dele –, estão esses debates nítidos e alinhados suficientemente, de tal modo que possamos repensar a história da literatura no Brasil levando-os em conta? (p. 17).

E o entusiasmo de Luís Augusto Fischer em estudar e incluir os resultados de duas gerações de pesquisadores da universidade brasileira é parte constitutiva do ensaio, que ganha densidade intelectual com variada análise e muita síntese da pesquisa consolidada. Os argumentos de historiadores como Fragoso, Florentino, Jorge Caldeira, Hebe Mattos, entre outros, recebem paráfrase e reelaboração, as quais alcançam resultados notáveis a revelar do que é capaz a prosa madura e avessa ao pedantismo de um intelectual com formação literária.

Os recursos retóricos e expositivos renovam e modulam as intervenções dos historiadores, dando-lhes um impacto inusitado que ilumina a cena e facilita a compreensão. Enfim, nosso autor é um intelectual público, para além da vida universitária, com traquejo oral e escrito em mídia digital e impressa; ao retomar os textos de outros autores, refrata-os e os faz convergirem para obter sua exposição própria. Tais atributos podem render qualidade ao texto, mas nem sempre produzem conhecimento articulado, o qual depende de debate e contraste. Ora, nesse ensaio debate e contraste articulam conhecimento em grande escala, acompanhado de efeitos de humor provocativo, em resultado que arma algum problema para quem, como eu, tenta reproduzir os argumentos. É relativamente fácil distorcer e simplificar, em geral tirando de contexto, o que são achados e objeções muito ponderados e modulados.

Voltando aos argumentos de historiadores citados, mas também aos estudos recentes no âmbito propriamente da literatura, o ensaio em pauta – depois de apresentar o capítulo “Pequena história das histórias da literatura brasileira” – discrimina três modelos historiográficos: o modelo tradicional, o modelo Formação e o modelo “ideias fora do lugar”. A argumentação aqui configura talvez o momento mais ambicioso do livro, em que se busca uma fórmula que necessariamente transita entre síntese e análise dos tópicos. A história das histórias abrange desde os primórdios românticos com Jean-Ferdinand Denis e Almeida Garrett até o recente *Uma história da poesia brasileira*, de Alexei Bueno, em que a informação breve é incluída em fluência de exposição notável, com abrangência e detalhe, formando um quadro expositivo. Em “O modelo tradicional” busca-se estabelecer um ponto de vista que se opõe a uma

série de limitações da perspectiva linear e enciclopédica de história, com particular ênfase ao vezo centralista (Rio e São Paulo) e isolacionista (exclusão de América Latina, por exemplo) de histórias da literatura brasileira. Temos aqui algo como um enunciado geral das objeções do autor às histórias da literatura referidas em história das histórias, mas também já se prepara o terreno para o tipo de crítica que será feita às perspectivas mais elaboradas que virão a seguir.

Como é de se esperar, com os termos formação e fora do lugar, a partir daqui o tema de debate são as obras de Antonio Candido e Roberto Schwarz, respectivamente. É assunto já examinado por Fischer em ensaios que vieram à luz em outras publicações, do que resulta a retomada de argumentos e análises que denunciam a reflexão acumulada e revisada. O conjunto, que retoma Antonio Candido e Schwarz, combinados e em contraste, revela e acentua material disponível, mas que, pela condensação e montagem efetuados, ganha corpo de constructo, vale dizer, um objeto de estudo em sua complexidade e suas arestas, um conjunto com limites, qualidade assombrosa, mas também impasses. Aqui *Duas formações, uma história* alcança um feito intelectual que só se produz depois de ruminação longa e laboriosa, que pode atingir fluência e clareza desde que o autor dedicado tenha os dotes de exposição exigidos. Então se configura algo muito precioso no campo intelectual: o produto da frequentação miúda e exigente de textos complexos para deles retirar consequências e a eles retornar com objeções e renovada curiosidade.

Por exemplo, depois de glosar longamente os conceitos básicos de *Formação da literatura brasileira* (sistema, autor, obra, público, tradição etc.) e comparar com outros textos em que Antonio Candido retoma conceitos e argumentos dessa ordem, Fischer propõe que o ponto de vista pelo qual esse autor examina a literatura brasileira é também de validação do modernismo paulista. E mais: trata-se de examinar arcadismo e romantismo, os célebres momentos decisivos, a partir de uma perspectiva organizada pelo modernismo. Como se não bastasse, tal perspectiva modernista estaria combinada a uma interpretação criteriosa e refinada do célebre ensaio de Machado de Assis, “Instinto de nacionalidade – Notícia da atual literatura brasileira” (1873).

Ora, é conhecido o trecho no início de *Formação da literatura brasileira* em que o autor alega que se valeu em parte da perspectiva limitada, mas interessante, dos primeiros românticos, no seu desejo de obterem uma literatura e um país, do que derivaria em boa medida o

caráter empenhado da literatura brasileira. Fischer contesta, com apelo a algum humor, a autoavaliação de Antonio Candido e propõe que são os achados interpretativos do ensaísta Machado de Assis que rendem régua e compasso para estabelecer o ponto de vista formativo. Em outros termos, são os trechos de encerramento do livro *Formação*, quando Machado de Assis é referido, que revelam a perspectiva de narração e argumentação do conjunto dessa história da literatura brasileira. Acho que tal argumento já foi esboçado inclusive por Paulo Arantes, mas nesse ensaio vai se expor, contrapor e repor, configurando uma densidade notável que requalifica o assunto.

E a disposição machadiana em narrar a formação vai se combinar com a perspectiva modernista adotada por Antonio Candido, que se reivindica de fato como um defensor entusiasmado do modernismo de Oswald e Mario. Mas uma coisa é anotar o entusiasmo de Antonio Candido com a vanguarda paulista, outra muito mais ousada e interessante é alegar que os momentos decisivos da *Formação* são examinados, em boa medida, pela perspectiva modernista, que imporia, por exemplo, o critério da novidade e da superação ao avaliar Álvares de Azevedo e José de Alencar. Estou aqui simplificando muito uma argumentação que, sem ser sinuosa ou abstratizante, incide em modulação, sínteses notáveis e citação precisa de Antonio Candido, do que resulta uma avaliação criativa, informada e também discutível. Mas que a questão fica definida e armada, considero inegável, com a vantagem promissora de desnaturalizar e situar historicamente a posição intelectual de Antonio Candido, sem aderir a qualquer modo de transluciferação mefistofáustica com propensão desconstrucionista, aquela coisa.

É conferir o texto de Fischer e anotar com que perícia e cuidado se misturam sínteses e citações para obter esse perfil machadiano, modernista e uspiano do clássico livro dos anos 1950 e, a partir daí, objetar alcance e limitações de Antonio Candido. Para meu gosto, Fischer enfatizou demasiado a dimensão nacionalista/centralista e os momentos teleológicos de *Formação*: até onde alcanço, são antes de mais nada esforços de exposição do objeto e das pretensões nacionalistas e teleológicas que estão nos textos e nos autores estudados, mas não são procedimentos de Antonio Candido, que se distancia das pretensões e ilusões com a discrição e sutileza que são sua marca. Mas acho que Fischer tem razão em suspeitar do excesso de simpatia do crítico pelos autores oitocentistas. Talvez o Antonio Candido do final dos anos 1960 em diante

fosse mais exigente e menos ameno ao lidar com os feitos de “nossa” elite escravocrata, numa virada coerente com a perspectiva registrada em *Literatura e subdesenvolvimento* (1970) e *De cortiço a cortiço* (1973).

As formulações sobre Roberto Schwarz são talvez ainda mais instigantes e polêmicas, embora ainda mais esclarecedoras e por uma razão simples: esse autor é muito mais abstrato no seu marxismo heterodoxo do que seu mestre Antonio Candido. Decorre daí que o tratamento empirista, narrativo e explicativo dispensado por Fischer às ideias fora de lugar torna as formulações mais explícitas, talvez gerando mesmo algum atrito entre estilos que vem a favor do discernimento e da clareza. A questão põe-se na abertura do capítulo, porque ideias fora do lugar é título de capítulo, provocação de corte brechtiano, síntese de impropriedade nacional etc., mas nunca se pretendeu modelo historiográfico. É contra, portanto, as pretensões do autor que Fischer apresenta sua questão:

Já Roberto Schwarz, que cunhou o termo “ideias fora de lugar” há mais de quatro décadas, e que também nunca reivindicou para o esquema interpretativo designado pela expressão o estatuto de modelo analítico, retornou à expressão – título muitas vezes, com empenho analítico de fôlego teórico, [...] que tem já portanto uma história bastante sólida. Digo isso para começar este capítulo tomando a devida cautela, porque aqui vou tentar fazer o mesmo que fiz acerca da formação – vou tomar o termo “ideias fora do lugar” como centro de um possível modelo historiográfico, que Schwarz não postulou, nem desenhou, nem talvez imaginou, mas que me parece existir potencialmente e que, então, corre agora por minha conta e risco (p. 147).

A questão direta, isto é, a boa pergunta é: À luz dos novos estudos disponíveis sobre os séculos XVIII e XIX, como ficam as ideias fora de lugar? Ou melhor, como fica o lugar em que as ideias se encontram? Sendo abrupto: O Brasil é mesmo um país dividido entre senhores de escravos e escravos, com uma camada intermediária de homens livres dependentes de favor e arranjo? Tais perguntas deflagram respostas complexas. A resposta crua hoje é *não*. Para Roberto Schwarz, nos anos 1970 a resposta era *sim*, e os resultados obtidos por ele na análise de cultura, política e literatura a partir dessa simplificação são extraordinários, até para seus críticos, que lhe apontam, em geral de forma tosca e constrangedora, erros e excessos. Ora, Fischer reconhece os acertos que tornam Schwarz um dos maiores pensadores do Brasil e parte para as objeções materialistas e historiográficas que interessam e que demonstram que a sociedade brasileira, com ênfase na dinâmica carioca, era muito mais complexa e variada do que supunha aquele enunciado sumário. As pesquisas recentes

registram, entre outras dinâmicas da sociedade oitocentista, que favor, arranjo e compadrio eram disseminados, mas combinavam com diversas formas de trabalho e ganhos monetários que beneficiavam gente livre e pobre e também escravos, daí resultando em ascensão social que, sem maior paradoxo, acabava até mesmo por reforçar a escravidão, enquanto abria possibilidade de uma minoria relevante de escravos escaparem dela. Em artigo famoso, Luiz Felipe de Alencastro analisou o problema com a precisão habitual, texto este que Fischer parafraseia:

Algo talvez até mais importante ainda em matéria de constituição da sociedade vista em seu cotidiano, em seu tecido social empírico, que é a matéria-prima do romance – o mesmo Alencastro aponta dois “traços originais da sociedade escravista brasileira”, traços singulares e talvez irrepetíveis: (a) a ampla mestiçagem e (b) os vários modos de emancipação de escravos. Sem querer nem de longe tratar como simples os dois processos, ambos muito matizados e marcados por forte controvérsia historiográfica, antropológica e sociológica [...], valeria lembrar apenas que há uma franja considerável de mobilidade social, correndo por caminhos por certo submetidos à violência, ao arbítrio e, portanto, à esfera do que Schwarz qualificou como “nossa mediação universal”, o favor, mas ainda assim mobilidade, especialmente nas duas últimas décadas de vigência da escravidão, o que aconselharia, já aqui, a alterar profundamente a igualdade entre (*plantation*) e (Brasil), que tende a apagar a percepção dessa mobilidade, num contexto de forte presença escrava e negra em cidade grande (p. 212).

Modulada e reconfigurada enquanto problema, a fórmula “Ideias fora do lugar” ganha novas proporções que permitirão, inclusive, arguir a ausência do papel do Estado na reflexão schwarziana, o que também me parece uma objeção relevante e proveitosa, embora eu tenda a discordar do diagnóstico apresentado por Fischer. Volto ao ponto: para avaliar Antonio Candido e Schwarz, Fischer avança o raciocínio a ponto de elaborar um duplo constructo, cujos movimentos e limites são examinados e contrastados. Não deixa de ser uma homenagem aos autores, que ganham dimensão inusitada e polêmica.

Mas esta resenha já se alongou demasiado e não cheguei ainda sequer à provocação do título, que aponta para uma história com duas formações. Abusando novamente da simplificação, o modelo “Ideias fora lugar” tem alto poder explicativo e grande alcance para caracterizar e analisar o Brasil urbano e da *plantation*, mas de pouco vale para a compreensão do Brasil rural e indígena, que se articula ao mercado de forma muito mais mediada e complexa. O Brasil sertanejo e caipira obedece a outra dinâmica, desigual e combinada, em relação àquela do Brasil urbano.

Para escapar da armadilha do dualismo trivial dos dois Brasis, Fischer acumulou argumentos que, como vimos, repassam a contribuição de Antonio Candido e Schwarz, entre outros autores. Feito isso, é incluído na equação o perspectivismo ameríndio do antropólogo Viveiros de Castro, que alcançou uma síntese notável e polêmica para explicar o conjunto da experiência dos povos originários presentes no território brasileiro. Em nova aposta audaz, Fischer alega que o perspectivismo em causa tem grande potencial para esclarecer a dinâmica do Sertão, em cujo epicentro simbólico, é claro, encontra-se a obra de Guimarães Rosa. Abre-se, depois de quase trezentas páginas de texto, um substancioso e polêmico quadro argumentativo que vai incluir, por exemplo, uma parte da obra da extraordinária antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, a fim de esclarecer o alcance e os limites da proposta de Viveiros de Castro. São quase mais cem páginas em que os fios do texto acumulado até então são retomados e ainda recompostos mediante vários outros autores, para além dos dois antropólogos em pauta.

Aos desavisados vale lembrar que Viveiros de Castro pratica uma espécie de antropologia de vanguarda que, de forma desinibida, combina Deleuze e parte da teoria francesa pós-estruturalista, ecologia e pesquisa de campo entre indígenas: do quadro heterodoxo e criativo resulta seu perspectivismo. Com coerência, Viveiros de Castro é um entusiasta da antropofagia oswaldiana, por ele considerada “a única contribuição realmente anticolonialista que geramos” (p. 329). Ora, é inusitado que Fischer encontre nesse filão francamente pró-vanguarda modernista alguns argumentos para renovar o debate sobre a história da literatura, e ainda mais para alegar a existência de duas formações a serem consideradas para tal história. Mas, pensando bem, quem me acompanhou até aqui nesta tentativa de síntese já deve estar informado do volume de surpresas que esse livro admirável guarda.

Recebido: 26/2/2022

Aceito: 6/6/2022

Publicado: 7/7/2022